

DECRETOS NUMERADOS

DECRETO Nº 31.229 de 16 de julho de 2019

Altera dispositivos do Dec. nº 29.547, de 12 de março de 2018, e do Dec. nº 30.755, de 16 de janeiro de 2019, na forma que indica.

O PREFEITO MUNICIPAL DO SALVADOR, CAPITAL DO ESTADO DA BAHIA, no uso das atribuições que lhe conferem o inciso V do art. 52 da Lei Orgânica do Município e o art. 328 da Lei n. 7.186, de 27 de dezembro de 2006,

DECRETA:

Art. 1º O § 2º do art. 6º-A do Dec. nº 29.547, de 12 de março de 2018, acrescentado pelo Dec. nº 30.755, de 16 de janeiro de 2019, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 6º-A.
.....

§ 2º O prazo que o Requerente terá para apresentar os certificados de titularidade de Transferência do Direito de Construir - TRANSCON será de 30 (trinta) dias corridos, contados a partir da data constante do aviso de recebimento da Notificação expedida pela SEFAZ para este fim, sob pena de arquivamento do processo.

..... " (NR)

Art. 2º O § 2º do art. 3º do Decreto nº 30.755, de 16 de janeiro de 2019, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 3º
.....

§ 2º O protocolo do processo administrativo indicado no § 1º, após a data de vencimento estabelecida no Calendário Fiscal, ensejará a atualização monetária, além dos acréscimos legais incidentes, do valor do imposto a pagar. "(NR)

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 17 de janeiro de 2019.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DO SALVADOR, em 16 de julho de 2019.

ANTONIO CARLOS PEIXOTO DE MAGALHÃES NETO
Prefeito

KAIO VINICIUS MORAES LEAL **PAULO GANEM SOUTO**
CHEFE DE GABINETE DO PREFEITO SECRETÁRIO MUNICIPAL DA FAZENDA

DECRETO Nº 31.230 de 16 de julho de 2019

Institui o Grupo de Acompanhamento do Plano Salvador 500 - GAPLAN, e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DO SALVADOR, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 52, inciso V, da Lei Orgânica do Município, e:

Considerando a importância da participação social representativa dos vários segmentos da comunidade na formulação, execução e acompanhamento de planos, programas e projetos para fins de desenvolvimento urbano;

Considerando a pertinência da aproximação entre os olhares técnico e político;

Considerando a importância de o Conselho Municipal de Salvador munir-se de informações sobre os temas eleitos para elaboração do Plano Salvador 500, de forma a ampliar o seu poder de interferência na formulação de propostas para a Cidade do Salvador do ano de 2049,

DECRETA:

Art. 1º Fica instituído o Grupo de Acompanhamento do Plano Salvador 500 - GAPLAN, formado pelos representantes das entidades que compõem o Conselho Municipal de Salvador, criado pela Lei nº 7.400/2008, alterado pela Lei nº 9.069/2016, e por Convidados destas entidades.

Parágrafo único. Os nomes dos Convidados citados no caput, em número de 04 (quatro) por entidade, serão homologados na ATA da Sessão de implantação do GAPLAN.

Art. 2º O Plano Salvador 500, coordenado pela Fundação Mário Leal Ferreira - FMLF tem como objetivo a construção de visão de futuro desejável para a metrópole de Salvador, no intuito

de, corrigindo ou ajustando tendências, contribuir para a definição de estratégias, políticas públicas e ações desta e de futuras administrações.

Art. 3º A operacionalização das atividades do GAPLAN será definida em Regimento Interno, aprovado por Resolução do Conselho Municipal de Salvador.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DO SALVADOR, em 16 de julho de 2019.

ANTONIO CARLOS PEIXOTO DE MAGALHÃES NETO
Prefeito

KAIO VINICIUS MORAES LEAL
CHEFE DE GABINETE DO PREFEITO

JOSÉ SÉRGIO DE SOUSA GUANABARA
SECRETÁRIO MUNICIPAL DE
DESENVOLVIMENTO E URBANISMO

DECRETO Nº 31.231 de 16 de julho de 2019

Altera o Decreto nº 29.633 de 12 de abril de 2018 que dispõe sobre o Programa de Estágio obrigatório e não obrigatório de estudantes de Ensino Médio, Técnico e Educação Superior, no âmbito dos Órgãos e Entidades da Administração Direta e Indireta do Município do Salvador, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DO SALVADOR, CAPITAL DO ESTADO DA BAHIA, no uso de suas atribuições,

DECRETA:

Art. 1º Fica alterada a tabela de vagas constante o Anexo II do Decreto nº 29.633 de 12 de abril de 2018 que passa a vigorar conforme Anexo Único desse Decreto.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DO SALVADOR, em 16 de julho de 2019.

ANTONIO CARLOS PEIXOTO DE MAGALHÃES NETO
Prefeito

KAIO VINICIUS MORAES LEAL
Chefe de Gabinete do Prefeito

THIAGO MARTINS DANTAS
Secretário Municipal de Gestão

ANEXO ÚNICO

TABELA DE VAGAS E VALORES DA BOLSA DE COMPLEMENTAÇÃO EDUCACIONAL

MODALIDADE	JORNADA DIÁRIA DE ATIVIDADE	LIMITE DE VAGAS	BOLSA DE COMPLEMENTAÇÃO EDUCACIONAL - R\$
ENSINO MÉDIO OU TÉCNICO	4H	172	494,94
ENSINO SUPERIOR	4H	594	618,68
ENSINO SUPERIOR	6H	66	928,02
ENSINO SUPERIOR - REDE MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO	6H	400	928,02
ENSINO SUPERIOR - APOIO AO EMPREENDEDOR	6H	90	928,02
ENSINO SUPERIOR - UNITP	6H	55	1.050,00
ENSINO SUPERIOR - REDE MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO	4H	650	788,00

DECRETO Nº 31.232 de 16 de julho de 2019

Regulamenta os procedimentos de saneamento do Cadastro, e dos créditos, tributários ou não, inscritos ou não em Dívida Ativa, em cobrança administrativa ou judicial, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DO SALVADOR, CAPITAL DO ESTADO DA BAHIA, no uso das atribuições, com fundamento no inciso III do art. 52 da Lei Orgânica do Município e de acordo com o inciso V do art. 12 e art. 268 da Lei nº 7.186, de 27 de dezembro de 2006,

DECRETA:

Art. 1º A Procuradoria Geral do Município do Salvador - PGMS, através da Coordenadoria da Dívida Ativa, em conjunto com outros órgãos e entidades da Administração Municipal ou isoladamente, mediante contratação de serviços ou celebração de convênio, poderá priorizar a cobrança administrativa dos créditos de que trata este Decreto, preferencialmente, por meios postais e eletrônicos disponíveis.

§ 1º Os órgãos e entidades da administração municipal, após a realização da cobrança administrativa, deverão encaminhar seus créditos, tributários ou não, para fins de inscrição em Dívida Ativa, até o dia 31 de dezembro do exercício seguinte ao do seu vencimento.

DECRETO Nº 31.233 de 16 de julho de 2019

Altera a ementa e o art. 1º do Decreto nº 31.076, de 28 de maio de 2019, na forma que indica.

§ 2º A PGMS e a Secretaria Municipal da Fazenda - SEFAZ, no que couber, promoverão o registro do CPF ou do CNPJ dos contribuintes inadimplentes nos cadastros de devedores dos órgãos de defesa do consumidor e nos cartórios de protesto, sem prejuízo do ajuizamento da dívida que não for regularizada.

Art. 2º Não deverão ser encaminhados à PGMS, para fins de inscrição em Dívida Ativa, os créditos, tributários ou não, que contenham as seguintes inconsistências cadastrais:

I - em relação ao devedor:

- a) ausência, imprecisão ou insuficiência de dados do seu endereço;
- b) ausência ou incorreção do número de inscrição no CPF ou CNPJ.

II - em relação ao imóvel sobre o qual recai a exigência do crédito:

- a) ausência ou inexatidão da área do imóvel;
- b) ausência, imprecisão ou insuficiência de dados que permitam a correta

localização do imóvel.

Parágrafo único. Também não deverão ser encaminhados à PGMS os créditos tributários cuja inscrição cadastral vinculada, mobiliária ou imobiliária, se encontre suspensa.

Art. 3º Fica a SEFAZ autorizada a proceder, em relação aos créditos tributários a que se refere o art. 2º deste Decreto:

- I - à suspensão da inscrição cadastral;
- II - ao não lançamento de crédito tributário;
- III - à extinção do crédito tributário lançado.

§ 1º A SEFAZ deverá empreender todos os esforços necessários, com vistas ao saneamento e a regularização das inscrições e dos créditos tributários com pendências cadastrais identificadas, de modo a permitir o correto lançamento do tributo e viabilizar a execução fiscal.

§ 2º O procedimento previsto no inciso III do caput deste artigo somente deverá ocorrer após exauridas todas as possibilidades de regularização das pendências e inconsistências cadastrais existentes.

§ 3º Ocorrendo a regularização das inconsistências e pendências cadastrais, deverá a SEFAZ proceder ao lançamento retroativo do tributo devido nos últimos 05 (cinco) anos, sem prejuízo das penalidades cabíveis e previstas em lei.

Art. 4º A PGMS, através da Coordenadoria da Dívida Ativa, após exauridas todas as possibilidades de regularização das pendências e inconsistências cadastrais existentes, fica autorizada a devolver aos órgãos e entidades da administração municipal de origem dos créditos, tributários ou não, que se enquadrem nas condições previstas no art. 2º deste Decreto.

Art. 5º Fica autorizada a baixa de créditos, tributários ou não, decorrentes de lançamento direto ou não, inscritos ou não em Dívida Ativa há mais de 05 (cinco) anos, sem causa suspensiva ou interruptiva da prescrição.

§ 1º Os créditos indicados no caput que foram objeto de parcelamento, ainda que por mais de uma vez, mas com a última parcela paga há mais de 6 (seis) anos e desde que não tenham sido ajuizados, devem ser baixados por prescrição de ofício.

§ 2º Para fins de baixa por prescrição de ofício, a contagem do tempo se dará a partir da data da inscrição dos créditos em Dívida Ativa.

Art. 6º Dar-se-á a baixa da inscrição do profissional autônomo no CGA, após a comprovação do seu falecimento, extinguido, consequentemente, os créditos tributários lançados após o óbito, face a inexistência de fato gerador.

Art. 7º A PGMS, através da Coordenadoria da Dívida Ativa, deverá priorizar a recuperação dos créditos, tributários ou não, bem como, sanear os inexecuáveis, alcançados pela prescrição ou por decisões judiciais extintivas transitadas em julgado.

Parágrafo único. Cabe à Coordenadoria da Dívida Ativa realizar a classificação dos créditos inscritos quanto à sua recuperabilidade, mediante critérios a serem definidos por Instrução Normativa da PGMS.

Art. 8º A SEFAZ e a PGMS, através da Coordenadoria da Dívida Ativa, deverão:

I - promover o melhoramento e a atualização constante do cadastro de contribuintes, seja imobiliário ou de atividades, através de convênios ou contratação de serviços de inteligência artificial, de modo a permitir a identificação completa dos devedores municipais, bem como dos dados acerca de sua melhor localização, tais como endereço, e-mail, celular e telefone, para fins de cobrança administrativa ou judicial.

II - expedir as instruções complementares necessárias à implementação do disposto neste Decreto.

Art. 9º O § 1º do art. 18 do Dec. nº 17.671, de 11 de setembro de 2007, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 18.”

§ 1º Não será devida a TFF a partir do exercício seguinte àquele em que o contribuinte comprove a baixa ou o cancelamento de sua inscrição ou registro:” (NR)

Art. 10. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DO SALVADOR, em 16 de julho de 2019.

ANTONIO CARLOS PEIXOTO DE MAGALHÃES NETO
Prefeito

KAIO VINICIUS MORAES LEAL
Chefe de Gabinete do Prefeito

PAULO GANEM SOUTO
Secretário Municipal da Fazenda

O PREFEITO MUNICIPAL DO SALVADOR, CAPITAL DO ESTADO DA BAHIA, no uso das atribuições que lhe conferem os arts. 6º e 15 do Decreto Lei Federal nº 3.365, de 21 de junho de 1941 e inciso IX do art. 52 da Lei Orgânica do Município do Salvador de 05 de abril de 1990 e com fundamento nos arts. 5º, alínea “i” e 15 do Decreto Lei Federal nº 3.365/41 alterado pela Lei Federal nº 2.786, de 21 de maio de 1956,

DECRETA:

Art. 1º A ementa e o caput do art. 1º do Decreto nº 31.076, de 28 de maio de 2019, passam a vigorar com a seguinte redação:

“Declara de Utilidade Pública para fins de desapropriação, área de terreno com acessões e benfeitorias medindo 153,00 m², situado na Ladeira do Desterro, s/ nº, Nazaré, Zona Urbana do Município do Salvador, através do **Processo Adm. 30.008/2019 - SEFAZ.**” (NR)

“Art. 1º Fica declarada de Utilidade Pública para fins de desapropriação, área de terreno com acessões e benfeitorias medindo 153,00 m², situado na Ladeira do Desterro, s/nº, Nazaré, Zona Urbana do Município do Salvador, através do **Processo Adm. 30.008/2019 - SEFAZ**

.....” (NR)

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DO SALVADOR, em 16 de julho de 2019.

ANTONIO CARLOS PEIXOTO DE MAGALHÃES NETO
Prefeito

KAIO VINICIUS MORAES LEAL
Chefe de Gabinete do Prefeito

LUIZ ANTÔNIO VASCONCELLOS CARREIRA
Chefe da Casa Civil

PAULO GANEM SOUTO
Secretário Municipal da Fazenda

BRUNO SOARES REIS
Secretário Municipal de Infraestrutura e Obras Públicas,
em exercício

DECRETOS SIMPLES**DECRETOS de 16 de julho de 2019**

O PREFEITO MUNICIPAL DO SALVADOR, CAPITAL DO ESTADO DA BAHIA, no uso de suas atribuições,

R E S O L V E :

Considerar exonerado, a pedido, desde 01/07/2019, **SAAYD NAGIB BOERY FERREIRA**, do cargo em comissão de Subcoordenador I, da Subcoordenadoria de Gestão de Contratos e Convênios – Coordenadoria Administrativa, da Secretaria Municipal de Promoção Social e Combate à Pobreza.

O PREFEITO MUNICIPAL DO SALVADOR, CAPITAL DO ESTADO DA BAHIA, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município,

R E S O L V E :

Designar o servidor **PAULO ISRAEL FERREIRA CARVALHO**, matrícula 3.151.985, lotado na Secretaria Municipal de Políticas para Mulheres, Infância e Juventude – SPMJ, representante da Prefeitura Municipal do Salvador junto a Secretaria de Direitos Humanos – SDH, para praticar todos os atos necessários a efetivação e recebimento do conjunto de equipamentos destinados a equipagem e estruturação dos Conselhos Tutelares do Município de Salvador.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DO SALVADOR, em 16 de julho de 2019.

GABINETE DO PREFEITO - GABP**PORTARIA Nº 43/2019**

O CHEFE DE GABINETE DO PREFEITO, no uso de suas atribuições,

R E S O L V E :

Designar a servidora **RUBIA MARIA CRUZ**, matrícula 3117839, Assessor do Cerimonial para, cumulativamente, responder pelo cargo em comissão Chefe do Cerimonial I, Grau 58, do Cerimonial - Chefia de Gabinete do Prefeito, em substituição ao titular, JAIRO JOÃO DE CARVALHO, matrícula 3117460, por motivo de férias, no período de 03/07 a 01/08/2019.

GABINETE DE CHEFE DE GABINETE DO PREFEITO, em 16 de julho de 2019

KAIO VINICIUS MORAES LEAL
Chefe de Gabinete do Prefeito